

MARIA JOSÉ BARBOZA ARAUJO

TITULO: MANUFATURA DE RÊDES-DE-DORMIR EM BOQUEIRÃO - ALTER
NATØVA DE VIDA OU DE MORTE.

Monografia apresentada à Banca Examinadora, composta pelos professores JOSEFA GOMES A. SILVA (Orientadora), DURVAL MUNIZ e LUCIA GUERRA (Membros), indicados pela Comissão Coordenadora de Trabalhos Monográficos do Curso de Bacharelado em História, UFPb, Campus 00, C. Grande.

CAMPINA GRANDE

- 1986 -



Biblioteca Setorial do CDSA. Dezembro de 2022.

Sumé - PB

AGRADECIMENTOS

Na trajetória por nós empreendida para elaboração deste estudo, tivemos o apoio e colaboração de várias pessoas, às quais gostaríamos de externar nossos agradecimentos:

- À professora, mestra de todas as horas e orientadora, *Josefa Gomes de Almeida e Silva*.

- Ao professor *Durval Muniz*, pelas sugestões fornecidas.

AGRADEÇO ESPECIALMENTE:

- Aos sofridos artesãos do município de Boqueirão - Paraíba, que lutam para sobreviver e que pacientemente me prestaram as mais valiosas informações.

- Enfim, à minha família, amigos e todos àquelas pessoas que direta ou indiretamente colaboraram para a concretização deste trabalho.

ÍNDICE

	PÁG.
AGRADECIMENTOS	
INTRODUÇÃO.....	1
I CAPÍTULO	
ESBOÇO HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DO NORDESTE BRASILEIRO.....	3
NOTAS BIBLIOGRÁFICAS.....	8
II CAPÍTULO	
BOQUEIRÃO: DE VILA A MUNICÍPIO MANUFATUREIRO.....	10
REDEFINIÇÃO DO SETOR ARTESANAL EM BOQUEIRÃO - Pb.....	17
DEPOIMENTO DOS ENTREVISTADOS.....	19
NOTAS BIBLIOGRÁFICAS.....	27
III CAPÍTULO	
CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	28
NOTAS BIBLIOGRÁFICAS.....	36
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

Para atender exigência do Curso de Bacharelado de História da Universidade Federal da Paraíba, Campus II, Campina Grande, apresentamos a monografia intitulada *Manufatura de Redes-de-Dormir em Boqueirão - Pb: Alternativa de Vida ou de Morte*.

Com este tema pretendemos estudar a organização do trabalho manufatureiro, em Boqueirão, situado na micro-região dos Cariris Velhos paraibano.

Na condição de professora deste município, dois fatores justificam a escolha do tema: primeiro, a necessidade de conhecer a história da cidade para o melhor exercício da profissão e, segundo, porque a manufatura de redes-de-dormir, entre 1950-1980 é reconhecida como etapa de crescimento econômico e político para o atual município de Boqueirão.

Este trabalho tem o mérito de ser pioneiro, mas também constituiu-se uma difícil e árdua tarefa sua elaboração. O fato, por si só, já denuncia a ordem de limitações e falhas nele contidas. Ante este esclarecimento, o estudo que se segue apresenta uma divisão do assunto em três capítulos. O primeiro - *Esboço Histórico da Ocupação de Boqueirão* -, é uma tentativa de síntese sobre a conquista dos portugueses no território brasileiro e a ocupação de Boqueirão como segmento da política da metrópole para aproveitamento das áreas interioranas do Nordeste. Os sertanistas nesta penetração confrontaram-se com problemas de ordem naturais e de resistência dos Cariris, nativos da região.

O segundo capítulo trata da transformação do espaço econômico de Cabaceiras, de onde Boqueirão fazia parte na condição de Vila de Carnoyô até sua elevação à categoria de cidade no ano de 1959. Ressaltamos ainda neste capítulo a transição do camponês

caririense à arteção, como alternativa oferecida pela política de desenvolvimento da década de 50.

O terceiro capítulo é uma tentativa de mostrar as diversas formas de exploração a que foi submetido o artesão, engajado na manufatura de redes-de-dormir. Para o estudo deste capítulo utilizamos o relato do próprio artesão, ao narrar sua história de vida, após a construção do açude Epiácio Pessoa, em Boqueirão. O capítulo referido se intitula *Considerações Gerais*, à guisa de conclusões.

A primeira preocupação desta tarefa acadêmica é revelar o grau de ascensão obtido pelo camponês caririense ao se engajar na manufatura já em estágio de economia capitalista. Este questionamento constitui o ponto central do estudo.

Para responder a esta ordem de questionamento consultamos obras gerais, e outras especializadas. Foi importante para sua consecução, o trabalho *Estudo sobre a Manufatura de Redes-de-Dormir em São Bento - Pb*, escrita por José Bolívar Vieira da Rocha. Além deste trabalho consideramos de notável valor o depoimento de artesãos caririenses que expuseram em seu linguajar simples as formas de exploração a que têm sido submetidos, como forma de vida ou de morte.

MANUFATURA DE REDES-DE-DORMIR EM BOQUEIRÃO - PB:
ALTERNATIVA DE VIDA OU DE MORTE.

I CAPÍTULO

ESBOÇO HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DO NORDESTE BRASILEIRO

O processo de "descobrimento" e ocupação das terras brasileiras, devem ser analisadas com base no ^{desenvolvimento} ~~descobrimento~~ do capitalismo comercial e para atender este objetivo organizou-se a colônia portuguesa na América. Na fase pré-colonial a atividade extra-tiva foi responsável pelas primeiras iniciativas colonizadoras. A ameaça de investida de estrangeiros no mercado do pau-brasil, e as possibilidades apresentadas pela ampla disponibilidade de terras numa época, na qual a produção do mercado era de procedência agrária, o Brasil se apresentava como de perspectiva favorável conforme Caio Prado Jr.

"O Brasil não oferecia nenhum produto de largo consumo no mercado mundial, quando foi descoberto, mas apresentava condições muito importantes, ampla disponibilidade de terras, numa época em que as mercadorias principais, das correntes de trocas, eram originadas da terra" (1). Diante da necessidade de um produto para ser colocado no mercado que garantisse altos lucros, Portugal resolveu organizar na colônia a empresa açucareira destinada a produção ^{para} ~~ao~~ mercado externo, visto que internamente o consumo era mínimo, ficando evidenciado desde o início a separação entre produção e comercialização.

Com relação a forma de distribuição das terras adotou-

se o sistema de capitâneas hereditárias para viabilizar a ocupação efetiva das mesmas e apropriação das riquezas a serem exploradas. Com este propósito fôra concedida terras a particulares que seriam responsáveis pelo desenvolvimento econômico e social destas. E para objetivar o povoamento das terras, a coroa portuguesa instruiu os donatários a fazerem doações de terras aos colonos. Estas doações recebem o nome de sesmarias, origem dos latifúndios no Brasil. Dentre as sesmarias doadas no século XVII, ressalta-se a que originou Boqueirão de Cabaceiras, na Paraíba, objeto do nosso estudo.

Na base do quadro econômico organizado pela metrópole para sua colônia no Brasil, a pecuária foi uma atividade subsidiária da empresa açucareira.

Primeiramente o gado trazido das possessões portuguesas das Ilhas Atlânticas, era destinado aos engenhos de açúcar, onde seria usado como força de tração para os engenhos, como meio de transporte, além de fornecer carnes, sebos, couros, etc. Os currais⁽²⁾ ocupavam terras do engenho inicialmente com poucas cabeças de gado. Contudo, os preços do açúcar no mercado europeu impulsionava a demanda da produção, e como não se conhecia técnicas para estimular a produção ocupando as mesmas terras, incorporavam-se novas áreas ao plantio. Daí, conseqüentemente, o gado teria de ser afastado dos engenhos indo ocupar as terras fora do âmbito deste.

A expansão da cana-de-açúcar no litoral motivou a ocupação pelos rebanhos de gado das terras do sertão e do agreste, a partir da segunda metade do século XVII.

Nestas áreas, caracterizadas por irregularidades climáticas, o fator água foi de importância decisiva na instalação das fazendas de gado. Em razão disso, criadores organizaram suas fazendas ao longo dos cursos d'água, sendo o rio São Francisco um

dos primeiros pontos de irradiação da pecuária nordestina. Antonil registra no século XVIII, as condições inerentes ao desenvolvimento da pecuária ao afirmar: "As fazendas e os currais de gado se situam onde há larguesa de campo e água sempre mamante de rios ou lagoas, por isso os currais da parte da Bahia estão postos na borda do rio São Francisco... (3).

A partir do rio São Francisco o gado baiano atingiu os sertões do Ceará, Piauí e Maranhão. Um outro ponto de irradiação da pecuária fôra Pernambuco, onde o rebanho começou subindo para o norte, ocupando a Paraíba, Rio Grande do Norte, dando-se o encontro no Ceará dos dois movimentos de ocupação do interior nordestino através do gado (baiano e pernambucano). O conquistador português assentou suas fazendas de gado prioritariamente à margem dos rios, visto que as terras eram abundantes e não havia tanta preocupação com mão-de-obra para a atividade criatória. A pecuária se constituiu num dos principais fatores de ocupação do interior nordestino e responsável pelo surgimento de vários núcleos populacionais, famosos por suas feiras de gado.

Na marcha da ocupação das terras, o interior paraibano não está dissociado no contexto do restante do Nordeste. Boqueirão fôra matriz do mais antigo curral de gado instalado por Antonio de Oliveira Lêdo, da região do São Francisco (4). O Boqueirão foi descoberto por Antonio de Oliveira Lêdo, o qual recebeu em 1670, sesmaria que contava com trinta léguas de comprimento por dez de largura. Boqueirão de Cabaceiras ficava situado a margem esquerda do rio Paraíba. A palavra boqueirão, segundo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, significa abertura ou garganta na serra onde corre um rio (Brasil, NE); ainda significa quebrada de serra. Evidencia-se dessa maneira uma correlação de força entre a natureza e o homem, sendo que este tende a superar estas dificuldades.

A instalação dos currais em Boqueirão, ao mesmo tempo

que atendia aos interesses mercantis, provocava a expropriação dos verdadeiros donos das terras - os nativos, pois seria difícil conviver no mesmo habitat com os nativos chamados Cariris e o gado. Na luta pelo espaço houve sempre resistência por parte dos índios Cariris, que não aceitavam perder suas terras. A luta entre os índios e os conquistadores foi desigual e desfavorável aos nativos, pois os que resistiram foram exterminados e os demais submetidos a atividade agro-pastoril.

Antonio de Oliveira Lêdo, em vista destas dificuldades e para atenuar a pressão dos Cariris, convocou a atuação evangelizadora de religiosos em Boqueirão para "catequizar" os Cariris e com isto garantir a segurança do rebanho. Os primeiros missionários a realizarem o trabalho de evangelização e controle dos Cariris em Boqueirão, foram, o capuchinho Teodoro de Lucí e o padre francês Martin de Nantes, que conjuntamente desenvolveram um trabalho que ao invés de garantir o controle dos nativos Cariris, passaram a organizar a vida dos mesmos, entrando em choque com os portugueses em "defesa" dos Cariris. Esta atitude dos religiosos levou Antonio de Oliveira Lêdo a denunciar na Câmara da cidade do Recife que não podia confiar nos missionários por estes serem de nacionalidade francesa; não iria servir a causa da coroa portuguesa⁽⁴⁾. É interessante registrar que tudo isso aconteceu no período de oito meses em que o padre Martin de Nantes esteve em Boqueirão. Este deixou documentado sua passagem, neste local, na obra intitulada: Mission do Pe. Martin de Nantes parme les Índieus Applion Cariris⁽⁵⁾. Esta obra relata a vida dos Cariris e mostra as táticas utilizadas pelos religiosos para "civilizar" os nativos.

Os nativos e seus descendentes da região dos Cariris Velhos, onde fica situado Boqueirão, seriam agrupados nas atividades criatória e de subsistência, pois "os Cariris deviam ter alguma agricultura, inferior aliás a dos Tupis, e devião tê-la, por

que suas redes eram de algodão, e o fumo ocupava lugar importante, que Baldzê era ao mesmo tempo o nome da herva e de um dos seus deuses. Provavelmente quem se aproxima da verdade é Gabriel Soares, que diz a propósito dos Maracás que provavelmente pertenciam ao grupo Cariri". Este escritor do início do século XVIII numa observação infeliz diz que "estes indígenas eram muito folgazões e não trabalhavam nas roças como os Tupinambás, nem plantam mandioca, nem comem senão legumes que as mulheres plesplantão e grangeam em terra sem mato grande e que põe o fogo para fazerem suas sementeiras; os homens ocupão-se em caçar, a que são muito afeitos dos"⁽⁶⁾. Está clara a alternativa dos Cariris para vencerem as adversidades alimentícias e foi pouco perspicaz o autor ao querer transmitir uma idéia negativa sobre o trabalho entre os Cariris, e até mesmo negando que estes cultivam, sobretudo o milho, feijão, mandioca, fumo, além de algodão arbóreo.

Deste último o nativo, através de sua sabedoria, utilizava para diversos fins, inclusive, transformando a pluma em fios, tecendo habilidosamente redes de pescar e de dormir⁽⁷⁾, dando continuidade às suas antigas práticas de vida, apesar de submetidos aos "civilizados".

A sabedoria dos Cariris de tecerem suas redes fôra acrescida de mais uma outra habilidade, a de confeccionar seus vestuários. Assim cumpria-se a imposição da moralidade cristã do homem branco e dos missionários. Deste modo os Cariris, submetidos pela ação da catequese, foram igualmente violentados como as demais tribos no Brasil em seus costumes e tradições.

A preocupação dos religiosos com a tecelagem do algodão teve também outra finalidade. Pois é sabido que várias aldeias missionárias se organizaram com o propósito de se apropriarem do trabalho artesanal de nativos para fins lucrativos em favor das respectivas ordens religiosas⁽⁸⁾.

Em futuro próximo o algodão torna-se matéria-prima para indústria têxtil e inverte-se o quadro. O caririense será apenas produtor de matéria-prima, isto é, cultiva, colhe e beneficia a pluma, que após será comercializada para outras praças, em atendimento às necessidades de certas indústrias.

Apesar deste impasse, o caririense insiste em fazer valer sua tradicional habilidade, dedicando-se a tecelagem de rede-dormir em Boqueirão.

A partir de 1950 este setor artesanal se confronta com os proprietários de teares que serão agora os novos exploradores.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - Cf. Nelson Werneck Sodré - Brasil, Radiografia de um Modelo, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1982, p. 30.
- 2 - A palavra curral na linguagem da época, designava o núcleo de uma fazenda de gado constante de casa e curral de ramagem às margens de uma aguada. Com o tempo passou a designar a própria fazenda de criação. Das margens do rio São Francisco ao Paraíba todos os estabelecimentos de criação de gado tomaram o nome de curral.
Cf. Horácio de Almeida - História da Paraíba, João Pessoa, Ed. Universitária/UFPb, 1978, p. 22.
- 3 - Cf. João Antonio Andreoné (André João Antonil) - Cultura e Opulência do Brasil, 2a. edição, Texto da Edição de 1711. Introdução e vocabulário por Alice P. Canabrava, São Paulo, Companhia Editora Nacional, s/d, pp. 307-309.
- 4 - Cf. Horácio de Almeida, op. cit., p. ?
- 5 - Cf. Pe. Leo Denis - Cabaceiras (1835-1985), Cabaceiras, 1985, p. 21.

- 6 - Cf. Holanda Ferreira, Aurélio Buarque de - Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, 11a. edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- 7 - Cf. Pe. Leo Denis, op. cit., p. 9.
- 8 - Cf. Nelson Nóbrega Seixas - Viagem através da Província da Paraíba. João Pessoa, Pb, Secretaria da Educação/SCET, 1985, pp. 154-155.
- 9 - Cf. Pe. Martin de Nantes - Relation Succinte et Sincera de la Mission du P. Martin de Nantes parme les Indieus Opperlem Cariris. Editado em Quimper, França, 1706, in Pe. Leo Denis, op. cit., p. 9.
- 10 - Cf. Além dessas utilidades a rede servia também para enterrear os mortos, como afirma Luis da Câmara Cascudo: "O enterro-de-rede ainda resiste por todo interior do Brasil entre a população pobre e residente nos arredores de vilas ou povoados maiores", em Rede-de-Dormir, Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, Rio de Janeiro, 1969, p. 133 (Col. Vida Brasileira).
- 11 - Cf. Serafim Leite, S.I. Artes e Ofício dos Jesuítas no Brasil (1549-1760), Lisboa-Rio de Janeiro, Edições Proterea, Livros de Portugal, 1953, pp. 72-73.
- 12 - Cf. Irineu Joffily - Notas sobre a Paraíba, fac-simile da primeira edição publicada no Rio de Janeiro, em 1892, com prefácio de Capistrano de Abreu. Apresentação e observações de Geraldo Irinêo Joffily, Brasília, Thesaurus Editora, 1977, XV-XVI, pp. 83-84.

II CAPÍTULO

BOQUEIRÃO: DE VILA A MUNICÍPIO MANUFATUREIRO

No capítulo anterior tentamos mostrar o processo de exploração a que foi submetido os Cariris e seus descendentes em Boqueirão. Neste procuraremos descrever a formação do camponês caririense e a continuidade de sua exploração ao se verificar ^{a passagem para a manufatureira} ~~da~~ rede-dormir que atingiu o auge da produção entre as décadas de 1950-1980, neste município.

O local, onde hoje se situa o município de Boqueirão, é parte desmembrada de outro denominado Cabaceiras, cujas condições naturais são precárias.

Encravado na região do Cariri, clima ^{Semi} árido, terreno pedregoso, vegetação escassa, pouca pluviosidade e a seu favor, ~~no~~ sentido geo-ecológico, dispõe apenas do rio Paraíba.

Em razão deste quadro natural pode-se perceber que a região do Cariri se insere na área considerada, na atualidade, do Polígono das Secas. Não obstante estas adversidades, o município de Boqueirão irá fornecer água para Campina Grande, que em 1950 se notabilizava como maior centro urbano e comercial da Paraíba. O crescimento de Campina Grande se dava em função de ser ali o pólo intermediário do comércio de algodão.

Nestas circunstâncias, Boqueirão, acidente geográfico, se transforma em açude, fonte de abastecimento de água necessário a manutenção do comércio algodoeiro campinense.

Aliás, a esse respeito alertava já no final do século XIX, o historiador campinense Irineu Joffily⁽¹⁾. Aconselhava ele às autoridades das possibilidades oferecidas pelo rio Paraíba, que no seu curso rompia o obstáculo da Serra do Carnoyô, prestando-se

no represamento das águas e, conseqüentemente, a construção do açude. Quase um século depois da advertência de Irineu Joffily, tem início a construção do açude Epitácio Pessoa (1951), inaugurado em 16.01.1957 pelo presidente Juscelino Kubitschek.

Coincidentemente a década de 50 foi marcada por importantes acontecimentos. Alguns devem ser aqui arrolados pelos seus reflexos no Nordeste brasileiro, entre os quais destacamos o registro de duas secas (1951 e 1958), de efeitos desastrosos; o reconhecimento do fracasso da política de armazenamento de água e da construção de estradas realizadas desde 1932, e o conseqüente êxodo rural, facilitado agora pelo trânsito das estradas, utilizando-se pau-de-arara como meio de transporte que deslocava a população marginalizada do Nordeste para servir como força de trabalho no parque industrial de São Paulo ou como mão-de-obra para construir Brasília, a nova capital do Brasil.

O Nordeste brasileiro estava reduzido a simples fornecedor de matéria-prima para o Sudeste industrializado, oferecendo também mão-de-obra ao formar o exército de reserva para atender o programa desenvolvimentista, proposto pelo Governo Juscelino Kubitschek. Deste modo, era atendido ainda os objetivos da burguesia.

Por outro lado, o Governo reagia, no sentido de deter o avanço das ligas camponesas que ameaçavam romper velhas estruturas. Neste embate contavam os camponeses com o apoio de alguns políticos e membros da Igreja. Mas, na verdade, estes rudimentares organismos pré-sindicais se constituíam perigosos elementos reivindicatórios em favor da classe trabalhadora rural, esquecida do poder político, espoliada pelos proprietários de terra, ignorada pela justiça acerca de quatro séculos.

Os instrumentos de pressões utilizadas durante este longo período contra os movimentos rurais eram já obsoletos face a real situação de penúria, abandono e miséria do camponês.

Esta realidade feria os bríos de um governo dito desenvolvimentista, com propostas de implantar em sua gestão um país modernizado.

Esta problemática era um desafio que exigia resposta imediata. Impunha-se manter o equilíbrio entre interesses opostos de tal significação, ou seja, a dos camponeses e a dos latifundiários. Conciliar segmentos sociais tão antagônicos, requeria do Governo um grande esforço. Para isto o Governo convocou representantes da intelectualidade brasileira, para responder a gravidade da situação, composta de grupo de trabalho para o desenvolvimento do Nordeste - GTDN -, sendo posteriormente criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, em 1959. Esta esmerou no planejamento burocrático, a saída do impasse, de forma unilateral, → satisfizes a ansiedade dos latifundiários e da burguesia. O campo nês mais uma vez fôra escanteado em sua luta por melhores condições de vida, com a execução de meios científicos e modernizantes favoráveis aos grupos dominantes.

É pois neste jogo de conflitos e interesses que a construção do açude de Boqueirão vai servir do setor agro-pastoril-algodoeiro da região e como prêmio da negociação entre os grupos dominantes. Boqueirão é alçada à condição de cidade em 1959⁽²⁾. Nesta conjuntura Boqueirão concentrou as atividades manufatureiras de redes-de-dormir, pois a construção do açude Epitácio Pessoa expulsou o camponês das áreas ocupadas com o represamento das águas.

Antes de sua sagração como cidade, Boqueirão denominava-se Vila Carnoió, pertencente ao município de Cabaceiras - Pb, e contava, segundo a Enciclopédia dos Municípios, com apenas 548 habitantes, conforme o censo de 1950. Ante esta evidência e de se supor os compromissos firmados para a concretização deste ato político.

Cumpre-nos descrever a história do açude de Boqueirão,

para evidenciar a passagem do camponês que lavrava a terra e se dedicava ao artesanato de redes-de-dormir, passar de uma outra condição, de marginalizado no próprio centro urbano ou em outros do país.

No início dos anos 50, Campina Grande (maior centro populacional do Compartimento da Borborema), começa a sofrer problemas com a falta d'água, pois a adutora que lhe abastecia na época - Vaca Brava - estava sem condições de atender a nova situação. Com a criação deste quadro de dificuldade, começa a se arquitetar no meio da classe dominante paraibana e sobretudo campinense planos para a construção de um manancial d'água maior, que possibilitaria o desenvolvimento econômico da cidade de Campina Grande. Foi formada uma comissão de representantes de vários organismos campinenses destacando-se o Sr. Alvino Pimentel, presidente do Diretório Municipal do P.S.D., Sr. Nestor Leal do Couto; representante da Associação Comercial, Sr. José Lopes de Andrade; Assessor Técnico da Prefeitura Municipal, Sr. Milton Cabral; representante da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba, Dom Otávio Aguiar; Bispo da Diocese de Campina Grande, e outros representantes⁽³⁾.

Estes, em audiência com o diretor geral do DNOCs e o presidente da República, Sr. Juscelino Kubitschek, na capital federal, voltaram esperançosos de que seria construído em breve o açude de que iria solucionar o problema da água.

Devemos ressaltar que no governo do presidente Juscelino Kubitschek a meta principal era o desenvolvimento, com prioridade a grande indústria e os propósitos da construção do açude para abastecer Campina Grande era: primeiro, possibilitar a implantação de indústrias com a ampliação de um parque industrial; segundo, reter a população da área polarizada por Campina Grande, que estava migrando em grande escala para a região do Centro Sul do país.

O local escolhido para a construção do açude que iria resolver o problema de falta d'água em Campina Grande, foi Boqueirão de Cabaceiras, onde seria represadas as águas do rio Paraíba e, conseqüentemente, construída a nova adutora.

Em Boqueirão a população praticamente ficou dividida em dois blocos: aqueles que apoiavam e aqueles que eram contra a construção do açude, entre estes estavam proprietários de terras que não foram indenizados, e o contingente humano que margeava o Paraíba, que também não entraram no contexto dos estudos do DNOCS. Com isto, evidenciava-se que a política e as diretrizes dos governos Federal e Estadual não tinham como objetivo fixar o homem à terra. A construção do açude inundaria grande quantidade de terras expulsando o homem destas e levando alguns pequenos proprietários a se proletarizar e outros habitantes das margens do rio seriam expulsos para outras atividades⁽⁴⁾.

Ainda que a construção do açude fosse propósito de governos anteriores, só foi agilizado no governo de Juscelino Kubitschek, ato deliberado no Encontro dos Bispos do Nordeste realizado em Campina Grande, no qual foi defendida a necessidade de ampliar o abastecimento de água em Campina Grande. Na Resolução nº 1 deste Encontro, lida por D. Helder Câmara e aprovada por Juscelino Kubitschek, constava do seguinte: "Constituindo a resolução do abastecimento d'água de Campina Grande verdadeira barreira de retenção das correntes migratórias para o Sul do país, não dispondo entretanto o Estado e o Município de recursos para a realização das obras em curto prazo, como exigem as necessidades dos cem mil habitantes desta cidade, maior núcleo populacional urbano do interior do Nordeste do Brasil. É recomendado por isto ao Governo Federal que, considerando o abastecimento d'água de Campina Grande, completar a barragem de Boqueirão de Cabaceiras, do sistema do Rio Paraíba, de alta prioridade à execução das referidas obras"⁽⁵⁾.

Com esta resolução percebe-se o interesse da Igreja em manter a população no campo, onde esta tem grande influência.

A partir deste Encontro e da aprovação desta resolução foi intensificado por parte do DNOCS os trabalhos de conclusão da obra, sendo empregado 3.000 operários em regime de trabalho integral (24 horas por dia), inclusive domingos e feriados, sobre a direção do corpo técnico do DNOCS. Parte desses operários eram do próprio município e outra parte dos municípios circunvizinhos.

Em 16 de janeiro de 1957 o açude de Boqueirão de Cabeceiras foi inaugurado pelo então presidente Juscelino Kubitschek e concomitantemente fundado o Grupo Cariri, constituído pelas seguintes entidades: Banco do Nordeste do Brasil S.A. (B.N.B.); Banco do Brasil S.A. (B.B.); Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (D.N.O.C.S.); Departamento Nacional de Produção Vegetal (D.N.P.V.) e Departamento Nacional de Produção Animal (D.N.P.A.).

O objetivo do Grupo Cariri era promover o desenvolvimento criatório da pecuária leiteira com o apoio técnico e financeiro destas entidades, isto nos parece até uma volta às origens da ocupação de Boqueirão com a implantação das fazendas de gado. Todavia, a atuação do Grupo Cariri em Boqueirão foi mínima; como os outros planos, não deteve a população que expulsos das terras intensificaram o êxodo rural⁽⁶⁾.

Para complementar sua sobrevivência o caririense sempre lavrou a terra de onde colhia alguns gêneros. Porém após 1950, esta atividade agrícola vem sofrendo limitações conforme esclarece o criterioso estudo de José Bolívar Vieira da Rocha, cuja percepção do fenômeno está bem exposta na obra intitulada "Estudo sobre a Manufatura de Redes-de-Dormir em São Bento - Pb". Segundo este autor, a agricultura de subsistência vem perdendo importância ante a política agrícola na época em vigor e "a expansão das relações capitalistas no campo tem contribuído não só para aumentar

a taxa de miséria da população rural como também para incrementar a urbanização e as migrações inter-regionais" (7).

Vale salientar o depoimento de Emília Pereira de Melo, sobre a precariedade de oportunidade para o camponês na agricultura em Boqueirão: "embora o meio natural seja adverso à agricultura, aparecem o algodão arbóreo, o sisal e algumas culturas como milho e feijão nos baixios e várzeas. Estas culturas representam também, nos Cariris, as lavouras de pequeno ciclo que aproveitam os curtos e incertos períodos chuvosos, produzindo safras correspondentemente incertas. É comum, nesta região, a sucessão de anos sem chuvas.

Sob tais condições, quanto aos recursos hídricos, a atividade agrícola constitui sempre um obstáculo". Continuando seu raciocínio afirma: "A lavoura torna-se uma espécie de jogo de azar, em que as maiores probabilidades nem sempre estão ao lado do agricultor". (8)

É verdade que não é a adversidade do meio natural responsável por tal situação, mas sim a manutenção das condições estruturais, nas quais as relações de propriedade, discrimina os não proprietários dos proprietários dos meios de produção e com isto, passa a concentrar a seu favor, os benefícios gerados também na agricultura. A concentração fundiária, inviabiliza a prática da subsistência, complementada com o artesanato de redes. Como alternativa de sobrevivência engaja-se no meio urbano na manufatura de redes-de-dormir e outros serviços (9).

REDEFINIÇÃO DO SETOR ARTESANAL EM BOQUEIRÃO - Pb.

Interessa-nos em particular verificar as modificações ocorridas no setor da manufatura de redes, em Boqueirão - Pb, a partir da década de 50, quando a construção do açude previsto para a melhoria da comunidade, expulsou parte da população camponesa das terras agora invadidas pelas águas. Daí seu engajamento nas atividades artesanais, isto é, a manufatura de redes-de-dormir, a serviço da economia capitalista, instalada em Boqueirão, já município, ressalta-se que esta incipiente indústria aproveitou a tradicional habilidade do artesão caririense, transformando-o em operário especializado, submetido, agora, a uma maior exploração. Esta afirmativa se comprova através do depoimento dos próprios artesãos aqui transcritos, observando-se o linguajar do entrevistado.

? Ao historiador José Paulino a vida na Ribeira do rio Paraíba, antes da construção do açude, ele e outros associavam à atividade agrícola a uma artesanal, pois os moradores da Ribeira do Paraíba teciam redes em teares de tapuarana.

"Todos se mudaram com a construção do açude, desde essa época que eles deixaram de tecer. Os pais morreram e seus filhos, uma grande parte, foram para o Rio de Janeiro a procura de serviço, e outros ficaram aqui na cidade. O açude botou muita gente pra fora.

Quem vivia do tiá e de plantação de milho, feijão, batata, quando o rio deixou de correr com a construção do açude não deu mais para plantar nada" (9).

Este depoimento deixa claro que havia muitas famílias ligadas ao artesanato de redes nas margens do rio e que a construção do açude provocou o deslocamento desses artesãos para outras áreas e serviços, atingindo ainda a relação existente da cultura de subsistência como o artesanato, ante a reestruturação e organi-

(9) e.f. Depoimento do Sr. José Paulino. Este trabalhou desde criança em todos os tipos de atividades ligadas a rede. Boqueirão 1986

zação da propriedade da terra.

A transformação da natureza, provocada pela construção do açude, levou a uma nova organização na estrutura fundiária, surgindo arrendatários das terras do DNOCS, arrendatários particulares, antigos e novos proprietários na área do açude. "Os trabalhadores foram obrigados a migrarem, e os que ficaram foram pouco a pouco se acomodando em outras propriedades ou terras que arrendaram ao DNOCS" (10).

Neste ^{trabalho} não podemos falar do artesanato de rede, dissociado de outras atividades, pois nas entrevistas observamos que o artesão além da confecção de rede desenvolve outra atividade, como complementação de sua renda familiar, em geral a agricultura de subsistência.

Ante esta realidade o artesanato de rede engajou novos artesãos como: antigos camponeses expropriados da terra e os que tinham como única fonte de renda a confecção de redes.

Constatada a disponibilidade de mão-de-obra, associada a uma longa tradição do artesanato de rede em Boqueirão, resta-nos analisar a evolução do artesanato de rede e os meios de produção a ele ligados. "Os primeiros teares de rede de Boqueirão eram conhecidos como "teares de bofete". Nestes a rede era tecida em 3 panos, devido o tear só fazer pano de 50 cm, quando a rede precisava ter 1,50 m de largura, daí a necessidade de se tecer 3 vezes e depois emendar os panos para constituir a rede" (11).

(10) e-f. Cleia Cordeiro Rodrigues op. cit.

(11) e-f. Depoimento da tecelã dona Júlia Boqueirão 1986.

DEPOIMENTO DOS ENTREVISTADOS:FOTO 1

Tear de bofete

Partes constituintes:

- macaco

- carretel

- queixa

- lissos

- pente

- carretel

O tear de bofete é constituído de dois lissos, dois macacos, um pente, uma queixa, dois carretéis e dois cordões.



FOTO 2

Espula e lançadeira, peças colocadas na queixa e indispensáveis para a confecção da rede.

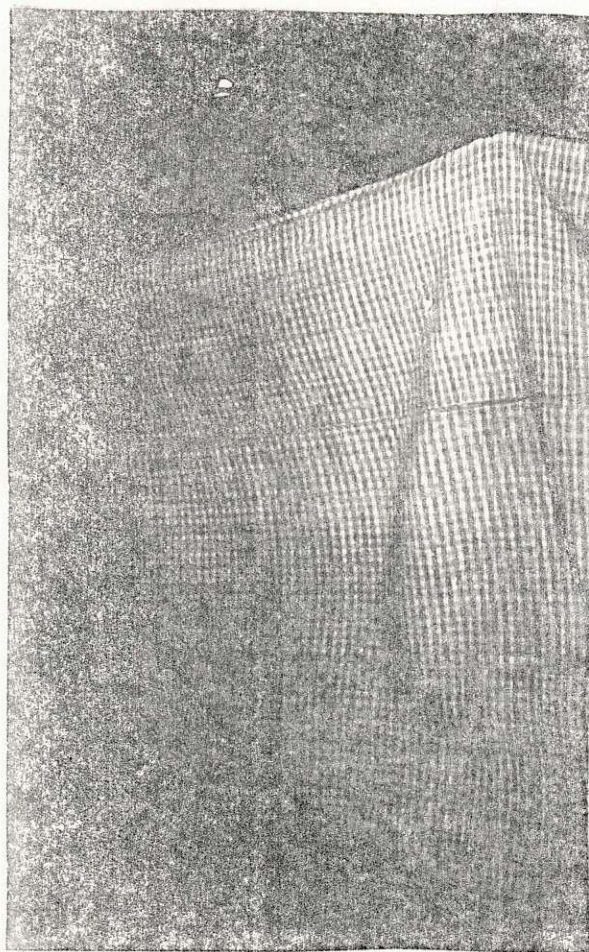


FOTO 3

Rede de 3 panos (emendadas) feita no tear de bofete.

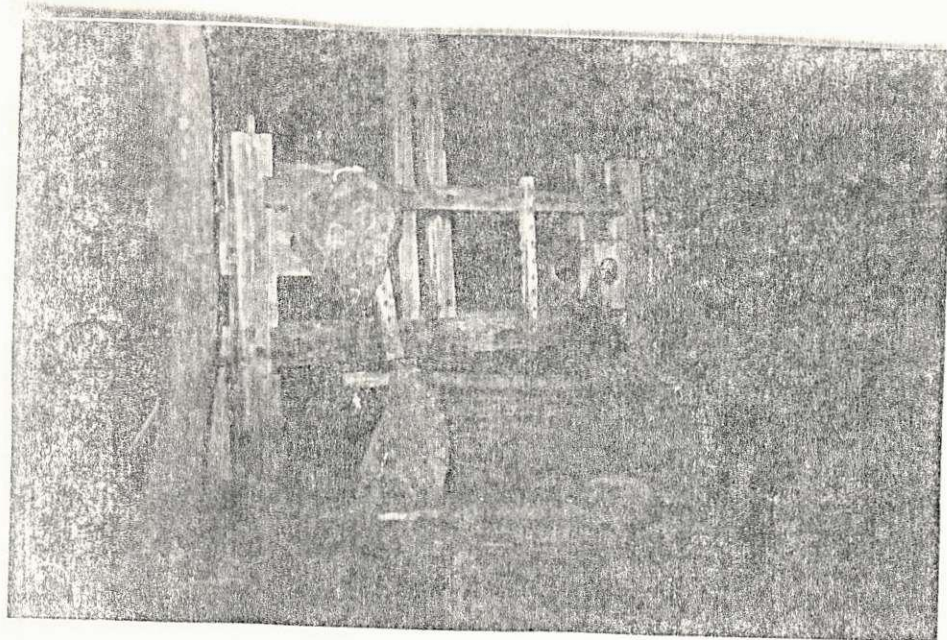


FOTO 4

Tear de bofete, desmontado, e os caçuais onde se guardam os fios.

A rede confeccionada no tear de bofete passa pelo seguinte processo: primeiro, os fios são colocados em caixa (de madeira com os compartimentos chamados colcha e em seguida coloca-se numa tábua chamada espalhadeira para ir a urdideira e por fim forma as tranças. Se a rede for de cor, as tranças são tinturadas e levadas para o roste, onde se distribui o fio para fazer o padrão. Depois de pronta a distribuição dos fios enrola-os num carretel e em seguida leva para o tear. Neste primeiro os fios passam pelos lissos, depois pelo pente e finalmente começa a tecelagem do pano, na qual se emprega a lançadeira e a espula, que ficam por dentro da queixa (parte do tear). A energia é totalmente a força dos pés e das mãos do tecelão. Na operação, que antecede a colocação dos fios no tear, trabalha praticamente crianças, mulheres e jovens (operação familiar), sendo o artesão que desenvolve todo processo produtivo e ele próprio vende nas feiras seu produto.

Em entrevista com o Sr. José Marcolino, este nos falou que "Dona Rosa Aleixo, uma das primeiras proprietárias do tear de bofete, fazia uma rede que se chamava "casco de peba". Era uma rede de 3 panos, costurados e emendados, formando um só. Essa rede era de preferência de todo mundo. Esse fabrico de rede aqui em Boqueirão foi começado pra fazer roupa de trabalhar, calça, camisa e até cueca. Isso é coisa pra mais de cem anos".

É interessante frisar que ainda hoje há algumas pessoas que sobrevivem do tear de bofete, nos sítios vizinhos a Boqueirão, como Taboado e Salgadinho. O artesanato de rede nesta fase que predominou o tear de bofete, constituía-se numa atividade puramente doméstica, para atender às necessidades das famílias, havendo uma pequena comercialização do excedente. Nesta fase praticamente não havia a divisão do trabalho, o artesão executava todo processo produtivo, desde a colheita do algodão, a fabricação do fio, meada, urdimento, tinturamento até a fase final da rede.

No período de predominância do tear de bofete nos chamou a atenção o processo de tingimento do fio, descrito por uma senhora entrevistada: "O processo de tinturamento dessa época era feito da seguinte maneira: A gente tirava a casca de aroeira, crabeira, a baje do jucá (árvores da região), machucava e colocava para ferver em uma vasilha no fogo. A casca da aroeira depois de cozida deixava uma tinta rocha, daí a gente colocava a gorda na cinza para ficar com uma cor amarelada. Outra maneira de se fazer a tinta, era colocando a baje do jucá que depois de machucada largava uma tinta marrom. Eu colocava em pote com água, um pedaço de ferro e umas rapaduras e se conseguia a tinta de cor preta".

Outra experiência é a da artesã Dona Faustina, residente no sítio Taboado, vizinho a Boqueirão, ainda hoje tece no tear de bofete. Ela nos falou que "passa dois dias para fazer uma rede". Depois do tear de bofete surge o de Tapuarama, que segundo o depoimento do Sr. José Marcolino, surgiu em 1910. Este tear é composto de uma grade de madeira onde o processo de tecelagem é bem diferente, geralmente trabalham duas pessoas para conseguir fazer o pano de uma rede em três dias, sem contar a fase de acabamento. É uma forma de trabalho tão primitiva quanto do tear de bofete. Ainda existem alguns na cidade e geralmente os proprietários fazem redes de encomenda, tendo em vista ser um trabalho bem apreciado, portanto, de melhor qualidade.

Ana Maria do Carmo, proprietária de um tear de tapuarana, nos informa: "Faz vinte anos que tenho um tear tapuarana. Pago a duas mulheres para tecer, por cada rede pago 40 cruzados; eu mesma faço todo acabamento. Mando tecer uma rede por semana"⁽¹²⁾.

Passamos em seguida, a descrever o processo de trabalho nos teares de 3 pedais, os quais apresentam um maior aprimoramento, comparado aos anteriormente tratados. De acordo com o depoimento do Sr. José Marcolino, "este tear que muita gente tem por aí, eu já possuí e ele surgiu na década de 30. Foi criado aqui mesmo. Aqui em qualquer marcenaria que se chega, se pedir para fazer um tear eles fazem"⁽¹²⁾¹³. Com a utilização do tear de 3 pedais, lentamente a fabricação de rede vai evoluindo para a fase de manufatura. Esta fase é caracterizada pela "reunião, sob o mesmo teto, de vários trabalhadores, com a introdução de algumas modificações na divisão do trabalho. Surge a figura do tecedor, isto é, o homem que opera o tear manual; surge também a figura de um mestre, pessoa de maior experiência, que conhece todo processo produtivo e se encarrega da preparação do fio para colocar no tear. A manufatura de redes utiliza também o trabalho de menores de ambos os sexos na preparação de meadas e no enchimento de espulas. Além disso, passa a entregar o trabalho de acabamento nas suas diversas fases a mulheres que trabalham fora da tecelagem, criando uma nova categoria de trabalhadores feiteiras ou acabadeiras"⁽¹³⁾¹⁴.

Com base nestes elementos, procura-se identificar como evoluiu a manufatura de redes em Boqueirão, segundo a divisão social do trabalho. Interessa-nos descrever as várias fases do processo porque passa a manufatura de rede. Foi na década de 50 (1955) quando a manufatura de rede alcançou o auge da produção, estendendo-se essa vantagem até 1980. Para atender um mercado mais intenso, começa a ser importada a matéria-prima mais importante para a rede, o fio de algodão, cuja procedência é de Campina Grande, Santa Cruz, Limoeiro, etc. A primeira fase do trabalho que antecede

(12) cf. Depoimento de uma proprietária do tear tapuarana Ana Maria. Boq. 1986

(13) cf. Depoimento de um antigo tecelão José Marcolino Boquerão 1986

(14) cf. José Bolívar Vieira da Rocha, op.cit.

a tecelagem do pano da rede, é o urdimento (vide ANEXO X). É um processo manual. O urdidor é uma peça retangular, composta por quatro traves de madeira, com tornos em suas laterais, onde a urdidura vai e vem de um lado para outro, colocando nos tornos o conjunto de fios com uma espadilha de madeira. A esse conjunto de fios denomina-se de cabresto. Depois de passar pelo urdidor o fio passa pelo meador, onde se deamancha os rolos de fios em meadas, cada parte dos fios, separados no meador, para em seguida encher as espulas. (Vide ANEXO X). Fotos 7 e 8

Depois do urdimento o fio será alvejado ou tinturado.

O alvejamento é feito com o uso do cloro, material industrializado e normalmente comprado em Campina Grande. Para o tinturamento do fio, procede-se da seguinte maneira: a tinta é colocada dentro de uma caldeira (metade de um tambor) com água e levada ao fogo, mexe-se bem deixando a tinta conzinhar na água, juntamente com o fio; em seguida, põe-se a secar no sol. Quanto ao alvejamento, coloca-se o fio dentro de um tanque de cimento numa solução de água e cloro, deixando ficar aproximadamente 6 horas. Em seguida coloca-se na água com um alvejante, para tornar-se branquinho, depois põe-se a secar, em galpões sobre caibros. (Vide ANEXO X). Fotos 9, 10 e 11

Após a fase de preparação do fio, começa a confecção do pano da rede no tear. Este é constituído de três pedais, sobre os quais o tecelão, faz movimentos alternados, pisando um pedal de cada vez. Estes movimentos dos pés têm que ser coordenados com os das mãos. Os fios colocados nos lissos (espécie de duas ripas) e em seguida a força coordenada dos pés e das mãos do homem, movimento à parte chamada de pente fino (de ferro ou arame) puxando o cordão com a mão esquerda para a direita e vice-versa. Existe uma espécie de gaveta que recebe a lançadeira (espécie de caixinha, na qual coloca-se a espula (espécie de carretel comprido) que lan

çando-se com o fio da bobina (grande rolo que solta os fios no sentido horizontal) para a confecção do pano da rede. (Vide ANEXO X). Foto 12, 13 e 14

Os tecelões geralmente trabalham de 07 às 17 horas, tendo-se um intervalo às 11:30 horas. Nesse tempo de trabalho o tecelão poderá produzir até 10 (dez) redes por dia, faturando de acordo com o tipo de rede (pequena, média e grande), sendo que pela rede pequena ganha Cz\$ 2,70 (dois cruzados e setenta centavos); pela média Cz\$ 3,50 (três cruzados e cinquenta centavos) e, pela grande, Cz\$ 4,00 (quatro cruzados). É um trabalho que exige grande quantidade de energia humana, todavia, também ocorre uma grande desvalorização da força de trabalho.

Após a tecelagem do pano, inicia-se as etapas de acabamento, que são feitas fora da unidade de produção por mulheres conhecidas como feiteiras; as etapas de acabamento são tranças, mamucabas, varanda, empunhamento e o carê. Passaremos a descrever as mesmas:

Trança - após ficar pronto, o pano da rede, em suas extremidades, fica aproximadamente uns 20 cm de fio solto; nos tecidos estes são trançados em quantidades iguais; no final de cada trança existe uma argola onde são colocados os cordões que unem o punho à rede. (Vide ANEXO X). Foto 15

Mamucaba - É passada em um pequeno tear de madeira duas faixas horizontais de aproximadamente 2 cm cada, nos cordões que ligam o punho à rede (VIDE ANEXO X). 16

Varanda - Tecida nas extremidades laterais da rede, com o objetivo de decoração. Existem 4 tipos de varandas, sendo a mais comum o "laço de amor". (Vide ANEXO X). Foto 19

Empunhamento - Pega-se 60 cm de cordão e encaixa-se nas argolas das tranças para no final formar os punhos que servem para os armadores. Após o punho pronto ainda coloca-se o "carê", que

tem a finalidade de proteção do ponto de atrito entre os armadores e a rede. (Vide ANEXO 8). FOTOS 17 e 18

As "feiteiras" que realizam esse processo de acabamento recebem o pano da rede e o material de acabamento nas tecelagens e levam para casa, onde recebem a ajuda de toda família, inclusive das crianças.

O material de acabamento é pesado e cortado antes de sair da tecelagem; cada feitaira recebe instruções quanto às cores e tipos de varanda que devem fazer; as mesmas recebem por produção.

Quanto ao número total de faiteiras não podemos afirmar com precisão, pois essa categoria de trabalho é superior a que podemos constatar nas entrevistas, tendo em vista o trabalho de acabamento ser na residência das faiteiras e as informações obtidas nas tecelagens entram em contradição com as entrevistas nas casas das mesmas, pois na tecelagem só é levado em consideração a pessoa responsável pelo recebimento da mercadoria. Portanto, podemos observar que a mão-de-obra externa é em quantidade bem maior que a interna. Segundo alguns proprietários, não há condições de acomodar as pessoas responsáveis pelo acabamento dentro da unidade produtiva.

Percebemos que não é só por questões de acomodação na unidade produtiva, mas sobretudo por questões de salário, na medida que existe a mão-de-obra em abundância, especialmente de mulheres e crianças; os proprietários de teares têm vantagens, pagando baixos salários e deixando as pessoas que participam de todo processo de confecção e acabamento impossibilitado de pedir aumento, tendo em vista a existência de um amplo exército de reserva no local.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - Cf. Irineo Joffily - Notas sobre a Parahyba, Brasília, Thesouros Editora, 1977, p. 18.
- 2 - Sua independência administrativa foi alcançada através da Lei nº 2.078, de 30 de abril de 1959, ocorrendo sua instalação oficial a 30 de novembro do mesmo ano.
Cf. Enciclopédia dos Municípios Paraibanos. Planejamento e Orientação: Hilton C. Motta, 1976, p. 131.
- 3 - Cf. Gilvanete Rocha do Bu - História (Oculta) do Abastecimento D'água de Campina Grande: Necessidade da Construção do Açude de Boqueirão para Campina Grande.
- 4 - Cf. Cléia Cordeiro Rodrigues - Resultados Sócio-Econômicos do Estado nos Programas de Desenvolvimento Regional para os Pequenos Produtores - Estudo de Caso: O Açude de Boqueirão. Dissertação apresentada no Mestrado de Economia Rural da UFPb, Campus II, Campina Grande, 1984, p. 3.
- 5 - Cf. Gilvanete Rocha do Bu, op. cit., p.
- 6 - Cf. Cléia Cordeiro Rodrigues, op. cit., p. 5.
- 7 - Cf. José Bolivar V. da Rocha - Estudo sobre a Manufatura de Redes-de-Dormir em São Bento - Pb. João Pessoa, Edições UFPb, 1983, pp. 23-24.
- 8 - Cf. Emília Pereira de Melo - A Produção do Tomate na Micro-Região dos Cariris Velhos. Dissertação apresentada na UFPb, 1985, p. 11.

UFRc

III CAPÍTULO

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Tentaremos, neste capítulo, mostrar as condições e perspectivas de vida, a que chegou o artesão, na manufatura de redes-dormir em Boqueirão - Paraíba. Para isto, utilizaremos como fonte, a narrativa dos próprios artesãos, após submeterem-se a formas diversas de exploração, pelos proprietários de teares daquele município.

Para compreender tal realidade, nada melhor que avaliar o grau de insatisfação que o artesão expressa na seguinte declaração: "De tanto fazer rede eu sinto uma dor nas costas e no estômago. Minha cabeça doi de dia e de noite. O dinheiro que ganho não dá nem pra comprar os remédios"⁽¹⁾.

Como sabemos, o artesão ganha por produção, não tem nenhuma garantia assegurada pela lei trabalhista, como: carteira de trabalho assinada, férias, 13º salário, salário-família, indenização, etc. Conseqüentemente, falta-lhe também o direito a assistência médica.

Esta realidade é percebida pelo tecelão, pois ele tem consciência da natureza de sua exploração, ao afirmar: "Esse negócio de trabalho por produção só enriquece o dono do tear, pois este ganha 10 vezes mais do que o tecelão. Ele não paga por diária porque os trabalhadores se esforçam mais na produção e com isso quem lucra é o dono do tear". E continuando seu depoimento, afirma: "Quando chega o final de semana que a gente vai receber o pagamento não dá nem pra pagar as contas da ^{mercearia} mercadoria. Às vezes eu peço dinheiro adiantado e tem dias de começar a trabalhar às 4 horas da madrugada, já virei muitas noites trabalhando para aumen

(1) c-f. Depoimento da fiteira Tereza que trabalha para O Sr Pedro Boqueirão 1986

tar o ganho" (2).

É por demais pertinente a narrativa deste tecelão. Porém, sendo a manufatura de rede uma das fontes de trabalho e existindo ampla oferta de mão-de-obra, derivada do desempregado e subdesempregado rural e urbano, os trabalhadores temem qualquer medida com relação ao patrão, mesmo reconhecendo que o trabalho por produção caracteriza o mais alto grau de espoliação ao trabalhador. A falta de alternativa de trabalho, garante aos patrões maiores lucros, pela baixa remuneração destinada aos trabalhadores. Com relação a este fato, opina um artesão que trabalha há mais de 7 anos na tecelagem: "A gente procura o patrão pra dá aumento e sempre recebe um não. Se a gente brincar perde o emprego, e tecelão é coisa que aqui não falta" (3).

Como já nos reportamos anteriormente, as fases de acabamento de redes são feitas fora da unidade de produção, isto a nosso ver tem dois objetivos, os quais não estão evidenciados. Primeiro, garantir a renovação da força de trabalho, porque há um desgaste de energia muito grande do artesão, contrariando os próprios princípios de que quanto mais o operário se especializa mais a produtividade aumenta; na confecção de rede o tecelão quanto mais tempo tem de serviço mais sua produtividade diminui, isto podemos constatar na entrevista do Sr. Marcílio, quando afirma: "O tecelão, forçando a barra, pode tecer doze redes por dia, depois de oito meses de trabalho ele só pode tecer de 6 redes abaixo, pois fica sem resistência. Até seis meses de trabalho o tecelão pode tecer uma rede em 25 minutos, se esforçando muito; depois de seis meses, ele só tem condições de tecer uma rede, gastando uma hora de trabalho. Quando o tecelão está muito doente e vai ao médico o primeiro remédio que o médico passa é a proibição de continuar com esse trabalho de rede, pois o homem perde toda sua resistência" (4).

- (2) Def- Depoimento do Tecelão Galgosa, que trabalha p/ Miguel Silva Bog 1986
 (3) C-f- Depoimento do tecelão Moisés Boqueirão 1986
 trabalha p/ Antonio Firmino
 (4) cf/ Depoimento do Tecelão Marcílio que trabalha
 para Adalberto Firmino. Boqueirão 1986

mir, são efetivadas várias tarefas, ou seja, ocorre uma divisão do trabalho no tear (unidade de produção) e outra, referente ao acabamento da rede, que fica a cargo das feiteiras, geralmente mulheres e crianças da zona rural, que também trabalham por produção. A estas são entregues a confecção da trança, cuja produção pode atender até 15 redes por dia, contando com a ajuda das crianças. Os preços variam de acordo com os proprietários, pois estes chegam a pagar de Cz\$ 0,50 (cincoenta centavos) a Cz\$ 0,80 (oitenta centavos), sendo que a maioria dos proprietários pagam Cz\$ 0,60 (sessenta centavos).

Outra peça da rede, é a mamicaba, a maioria dos proprietários pagam por ela apenas Cz\$ 1,00 (hum cruzado). Já outros chegam a pagar Cz\$ 1,50 (hum cruzado e cincoenta centavos). É possível serem preparadas 15 (quinze) redes com a mamucaba, dependendo da necessidade do patrão.

A varanda apresenta 4 (quatro) tipos diferentes: laço de amor, macromê, bordada e crochê. A mais procurada é o laço de amor, tendo em vista ser de menor preço.

Apresentamos, aqui, os preços dos diversos tipos de varanda bem como o tempo nestas empregados:

- Laço de amor - Cz\$ 1,50 - 5 varandas por dia
- Macromê - Cz\$ 7,00 - 1 varanda por dia
- Bordado - Cz\$ 20,00 - 1 em dois dias
- Crochê - Cz\$ 100,00 - 1 em 15 dias.

Vale ressaltar que há, também, a função de urdir, na qual o urdidor ganha por cabresto Cz\$ 0,30 (trinta centavos). É possível confeccionar 40 (quarenta) por dia.

Outra tarefa das feiteiras é empunhar. Prepara-se 10 (dez) redes por dia, ao preço de Cz\$ 0,40 (quarenta centavos) por unidade. A parte da meada é paga por quilo de fio que se consegue enro-

lar no meador. É pago Cz\$ 0,20 (vinte centavos) por cada quilo de fio enrolado (). O tingidor e o alvejador ganham por semana, em torno de Cz\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzados) e o tecelão, que trabalha por produção, ganha pela quantidade de rede que tecer, variando o preço de acordo com o tipo de rede. Quanto ao preço da rede, a mais barata custa Cz\$ 45,00 (quarenta e cinco cruzados), nesse tipo de rede não se coloca varanda e o tecelão recebe Cz\$ 2,70 (dois cruzados e setenta centavos) para tecê-la. Quanto a rede grande, seu preço depende do tipo de varanda, onde a mais cara fica em torno de Cz\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta cruzados).

Pelo visto, as feiteiras dão continuidade a tarefa começada no tear, ou seja, completam as peças de acabamento da tecelagem. As feiteiras apresentam a mesma condição de miséria dos tecelões, ou seja, trabalham por produção, não tendo, desta forma, nenhum vínculo empregatício legal com os proprietários, apenas o vínculo moral de entregar as tarefas, no prazo exigido por estes. Para atender legalmente este compromisso, inclui-se no trabalho praticamente toda a família, em particular crianças e velhos. E, como na tecelagem há mão-de-obra disponível e a própria descentralização do trabalho é feito nos sítios mais próximos do centro urbano, expõem as feiteiras a uma maior expropriação do seu trabalho.

Passaremos agora a registrar a história de um dos tecelões que fôra antes proprietário de teares, comerciante de redes e, depois, trabalhador em construção e outros serviços informais, quando conquista sua aposentadoria.

O artesão, Sr. José Paulino da Silva, fala da persistência do emprego do tear largo, descoberto pelo Sr. Amaro Aleixo, no ano de 1922. Este era uma pessoa bem determinada e muito curiosa, e com sua experiência ampliou o seu tear. Isso foi feito com muita dificuldade, pois antes o pente que existia para tecer media uns 2 palmos, tendo ele que ampliá-lo para 6 palmos. "Eu mes-

mo teci muito nesses teares, depois muita gente aqui foi copiando o meu tear e em 1929 já existiam muitos teares desses por aqui. Em 1930 o Sr. Francisco Florindo comprou 4 (quatro) teares em Brejo de Areia, e os proprietários de Boqueirão mandaram fabricar teares iguais e com isso aumentou a produção de redes por aqui. Quanto ao fio, antigamente era fiado no fuso, depois inventaram o engenho-de-pau e com este foi havendo uma produção maior. Em 1920 os proprietários de teares passaram a comprar fio em Brejo de Areia. Quem primeiro comprou fio foi o proprietário de tear, Sr. Amaro Aleixo. Nesse tempo os fios vinham de saco; já no período de 1928 a 1930 os proprietários passaram a adquirir o fio em fábricas do Rio Grande do Norte, Garanhuns (Pe), Maranhão, Sergipe, Alagoas, etc. Daí a produção foi aumentando. Na década de 30 as redes eram vendidas no sertão, mais precisamente em Patos e Piancó. Desde 1955 que essas redes passaram a ser vendidas no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Vitória, Salvador e, também, no Estado de Alagoas. Mas para onde mais saía era para o Rio de Janeiro.

Eu mesmo morei lá uns tempos, e botei um banco de redes na feira de São Cristovão. Essas redes iam daqui em caminhões. Mas quando foi se espalhando as redes pelos Estados, o governo tomou conhecimento e lá vem os impostos. Esses impostos eram cobrados por quilo de rede, ou por quantidade de rede. Quando passava de um Estado para outro, tinha que se pagar imposto. Daí o povo foi deixando de fabricar redes, pois não dava condições por que os impostos eram altos. Quanto mais as redes ficavam vistas mais aumentava a fiscalização. Eu mesmo quando possuía meus teares no período de 1960 a 1968 tive de deixar a fabricação de redes, por não dar mais lucro, pois os impostos não deixavam. Eu perdi um talão de notas fiscal e me cobraram um imposto que eu nunca tinha visto falar nesse dinheiro, quanto mais possuir.

Ante tanta dificuldade para continuar na fabricação de redes, abandonei meus teares e estes se acabaram, expostos ao sol e a chuva. Fui para o Rio trabalhar em construção civil e quando chegou o tempo de me aposentar o 'pai' governo me dá uma ninharia e eu estou vivendo disso. Segundo seu depoimento, o período de maior produção de redes foi de 1955 até a entrada de 1980. Aqui dentro da rua tanham uns 200 teares. Depois houve uma grande queda em razão dos altos impostos cobrados, pois antes existia um comércio livre, as pessoas não pagavam impostos. Nesse tempo existia uns 200 teares na cidade e na ribeira do rio havia uns 80; depois da construção do açude, alguns vieram tecer na cidade e o restante deixaram de tecer" (5).

A opinião deste tecelão se caracteriza por defender outro tipo de luta; mesmo tendo passado à categoria de vendedor da força-de-trabalho, ele aponta como motivo de sua queda de condição de proprietário de tear e comerciante de redes, unicamente a cobrança de impostos.

Passamos a registrar, por fim, a história de vida da artesã, Dona Isabel. Esta narra que "desde menina trabalha em tear, pois nasci dentro do tear. Eu mesma plantava o algodão em minha terrinha, colhia, separava o algodão melhor e descaroçava; em seguida, fiava em fuso, depois fazia os rolos para tecer o pano de rede. O fuso eu mesma fazia e ainda hoje faço. Pego um pau de facheiro ou aroeira, raspo, faço uma rodinha de caco de cuia, ou corto um carretel de linha ao meio para completar o fuso. Eu tenho um fuso que eu mesma fiz que já tem uns 50 anos. Eu vou enchendo todos os vinte fusos que tenho e depois é que faço o rolo. Encho uns 8 fusos por dia; apesar de meus 80 anos, ainda tenho muita disposição de trabalhar, só não trabalho mais porque tenho problemas de saúde, pois antes eu fazia todo tipo de trabalho para rede, até tecia, mas hoje eu só faço fiar para minha irmã tecer". (Vide ANEXO 9). Foto 5

(5) cf. Depoimento de um Senhor que já participou de vários tipos de serviço ligado a rede.
(José Paulino - Boquerão 1986/)

O testemunho de vida desta artesã, comprova uma condição de mais independente, conservando-se ainda os seus meios de trabalho no decorrer dos seus 80 anos de existência, dotada de todas as habilidades e de saber fazer toda a rede, hoje encontra-se engajada no setor mais simples da tecelagem, a fiação.

Os exemplos dos dois artesãos e suas reivindicações de melhoria de vida por nós assinalados, difere em muito das reivindicações dos tecelões em favor da melhoria de vida, denunciando o nível de exploração a que são submetidos.

Porém, mesmo consciente da expropriação de sua força-de-trabalho, nenhum tratou de como encaminhar sua luta pelos direitos legais a que têm direito na sociedade capitalista. Suas denúncias de explorados, esbarram no medo ou precauções em face da falta de outra alternativa de trabalho.

Em 1980 uma participante da operação nacional do Projeto RONDON⁽⁶⁾, ensaiou os primeiros passos para a fundação de uma associação de artesãos, com o objetivo de que os mesmos se conscientizassem dos problemas que lhes afligiam. Esta convidou vários artesãos para uma reunião, à qual compareceram 30 (trinta) pessoas, ligadas ao artesanato de rede, inclusive um proprietário. "Falei-lhes então da importância que terá para eles uma associação que defenda os seus direitos, o direito de se alimentar bem, de se vestir, de ter um certo conforto em suas casas e de ter direito a uma aposentadoria, quando não puderem mais trabalhar; o direito de assistência médica para si e para a família.

A representante do Projeto RONDON, em Boqueirão, chama a atenção dos presentes ao mostrar que unidos eles poderão conseguir tudo isso, já que constitui a maioria na comunidade boqueironense. Unidos eles serão mais fortes, finalizando, coloca-se à disposição deles para quaisquer esclarecimentos e que ficava aguardando ser convocada para posterior reunião no lugar e local por

(6) c.f. Vera maria da Penha - Diário de uma Rondonista desligada Boqueirão 1980.

eles determinados"⁽⁷⁾. Esta iniciativa levou esta participante a ser afastada do Projeto RONDON. A monitora responsável alegou que "você está pendendo para o lado político". Ao fazer uma reunião com os artesãos, da maneira como fez, está gerando o descontentamento no meio deles e isto pode resultar em problemas sérios. Além do mais, reuniões desse tipo não levam a nada. Quando você for em bora, tudo permanece como está. O que levou a rondonista a respon der: "Também pode ser que alguma coisa mude. Eu procurei plantar uma semente de conscientização. Quem sabe no meio deles haja al gum com mais luzes e prossiga na luta por uma associação que de fenda os seus direitos?". A monitora interfere dizendo: "Isto não é tarefa sua. Por ser você da área do direito não está sabendo se libertar dos problemas do direito. Está misturando serviço social e direito". Em razão desta opinião, a rondonista diz: "E desde quan do é crime se citar um artigo de C.L.T.? Fui eu quem fez a C.L.T. A C.L.T. é lei federal, quando eu digo que todo aquele que trabalha tem direito a uma carteira assinada, não estou fazendo nada mais do que lembrar um direito assegurado por lei". Reconhecendo que seu projeto de trabalho tenha como objetivo levar os proble mas locais a debates - o artesanato de redes é um problema social grave. Neste as pessoas trabalham como escravos, sem direito a na da. Segundo informações, o pó que sai dos fios e o forte odor das tintas, "causam a tuberculose e estas pessoas quando se encontram doentes, são simplesmente substituídas por outras sãs". "Isto está certo? Seja como for, o problema do artesão não se resolve num só dia. Tenho consciência desta verdade. É por isso que defendi a formação de uma associação que passa a defender os seus direitos reivindicando melhoria junto aos patrões. Além do mais que você (a monitora) só poderia parar o meu projeto se eu estivesse infrin gindo alguma norma na comunidade, se estivesse me opondo a autori dade constituída"⁽⁸⁾.

O diário de uma rondonista afastada é um documento que

(7) c.f. Vera maria da Penha. Op. cit. p. 2

(8) c.f. Vera maria de Penha. Op. cit. p. 2

retrata a realidade vivida pelos artesãos face a seus patrões de forma altamente discriminatória. A rondonista expressa no diário o seguinte depoimento: "Não podia calar diante de tanta ^{infância} infância, de tanta miséria, de tanta insensatez", deixando ainda sua sensibilidade expressa numa poesia em homenagem ao Rio Paraíba. (Vide ANEXO 10). Depois desse breve ensaio de organização dos artesãos, não se tem notícia de nenhuma outra tentativa de organização dos artesãos; até quando Boqueirão será um curral de pessoas que lutam para que os trabalhadores permaneçam isolados?

Bibliografia

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - ALMEIDA, Horácio de - História da Paraíba, João Pessoa, Editora Universitária, UFPb, 1978, pp. 22-31.
- 2 - do BÔ, Gilvanete Rocha - História (Oculta) do Abastecimento d'Água de Campina Grande, Monografia apresentada ao Curso de História da UFPb, Campus II, Campina Grande, 1983.
- 3 - ANDRIONE, João Antonio (André João Antônill), Cultura e Opulência do Brasil, 2a. ed., Companhia Editora Nacional, São Paulo, (texto da edição de 1711), pp. 307-309.
- 4 - DENES, Leo - Cabaceiras (1835-1985), Cabaceiras, 1985.
- 5 - FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda - Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, 11a. ed., Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- 6 - JOFFILY, Irinêo - Notas sobre a Paraíba, Thesaurus, Ed. 1977, (Fac-símile da 1a. edição publicada no Rio de Janeiro em 1892 com prefácio de Capistrano de Abreu, Brasília, pp. 83-84.
- 7 - LEITE, S.I. Serafim - Artes de Ofício dos Jesuítas no Brasil (1549-1760), Lisboa-Rio de Janeiro, Editora Protéria, Livros de Portugal, 1953, pp. 72-73.

- 8 - MELO, Emília Pereira de - A Produção do Tomate na Micro-Região dos Cariris Velhos, Dissertação de Mestrado em Geografia, UFPe, 1985, pp.
- 9 - PRADO Jr., Caio - Formação do Brasil Contemporâneo, 8a. ed., Brasiliense, São Paulo, 1965, pp. 49-78.
- 10 - ————— - História Econômica do Brasil, 24a. ed., Brasiliense, São Paulo, 1970, pp. 41-69.
- 11 - PORDEUS, Terezinha de Jesus Ramalho - A Segunda Conquista da Paraíba: O Sertão, Jornal "O Norte", João Pessoa, 1983, p. 7.
- 12 - RODRIGUES, Cléia Cordeiro, Estudo de Caso: O Açude de Boqueirão, Dissertação de Mestrado em Economia Rural, Universidade Federal da Paraíba, p.
- 13 - SEIXA, Nelson Nóbrega - Viagem através da Província da Paraíba, Secretaria da Educação do Estado da Paraíba, João Pessoa, 1985, pp. 154-155.
- 14 - SODRÉ, Nelson Werneck - Brasil, Radiografia de um Modelo, Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1982, p. 30.

OUTRAS FONTES

- da PENHA, Vera Maria - Diário de uma Rondonista Desligada.
- Enciclopédia dos Municípios Paraibanos. Planejamento e Orientação: Hilton C. Motta.
- Entrevistas com os tecelões de do município de Boqueirão - Pb.

15. Rocha, José Edivan Vieira da - Estudo sobre a Manufatura de Pede, em
Dominio do S. B. de PB.

A N E X O

AFLIÇÃO DO RIO PARAÍBA:

Quero passar!

Quero passar!

Quero passar!

O Rio Paraíba estende a sua língua comprida
de água pela boca estreita
e grita sem cessar a sua angústia
de rio encarcerado.

- Quero ir livre em meu caminho,
estender-me preguiçoso sobre os vales,
molhar as terras de muitos donos,
distribuir gratuitamente alimento a qualquer
faminto
e entrar com força no oceano!

- Livre como os pássaros ainda livres!
Livre como os rios ainda não represados!

E se contorce
e chora
esmurrando inutilmente
o paredão de concreto armado.

Enquanto os homens que o fizeram prisioneiro
se refrescam indiferentes
no branco véu de águas espumantes
que a sua busca - um só túnel estreito

CONT. ANEXO:

vomita incansável sobre as rochas
por acaso ali depositadas.

- Quero passar!

Quero passar!

Quero passar!

É o Paraíba a se lamentar.

Mas ninguém ouve o seu lamento,
o seu choro permanente,
a sua angústia de rio encarcerado.

- Quero passar!

Quero passar!

Quero passar!

Quero seguir meu caminho!

Quero avançar pelo mar!



Dona Isabel

Foto 5

FOTO ~~20~~ - Mulher fiando o algodão em um fuso.

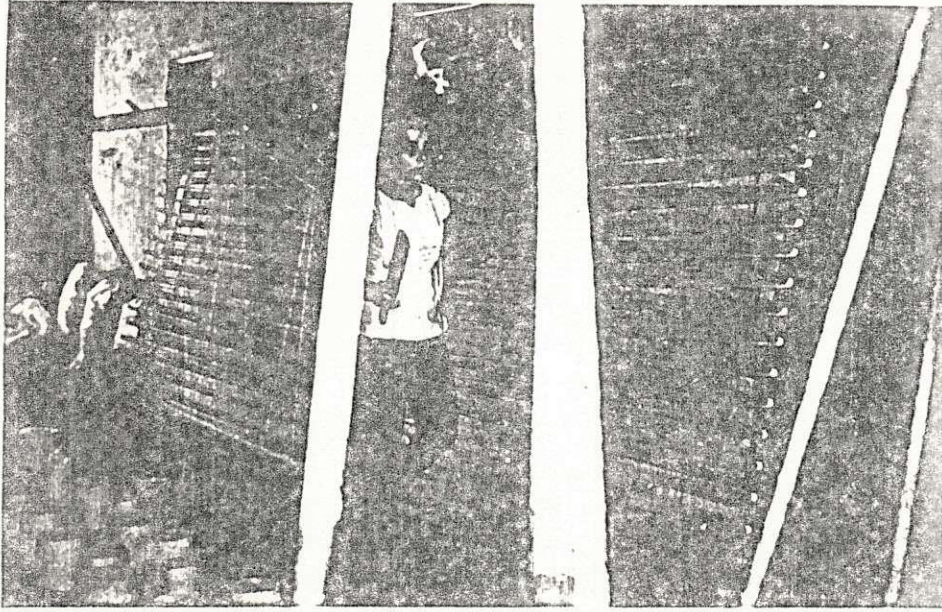


FOTO 614 - Urdidor.

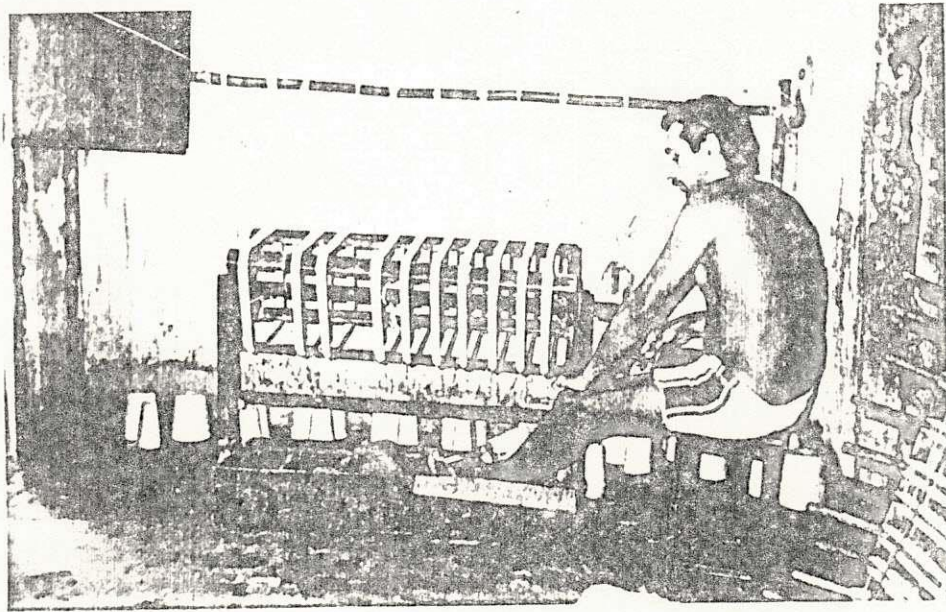


FOTO 715 - Meador.



FOTO 816 - Enche
dor de espulas.

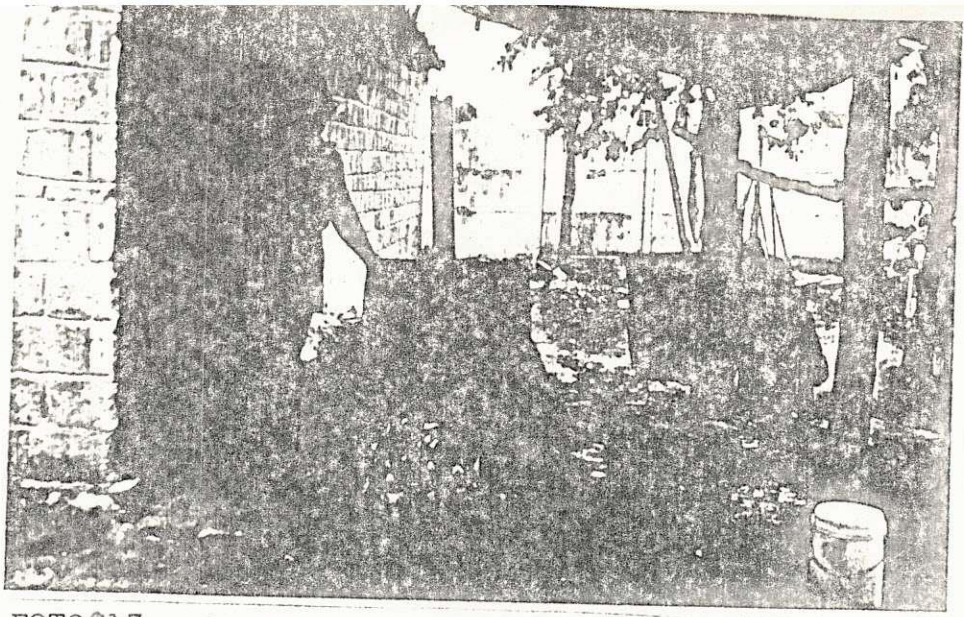


FOTO 917 - Processo de tinturamento.

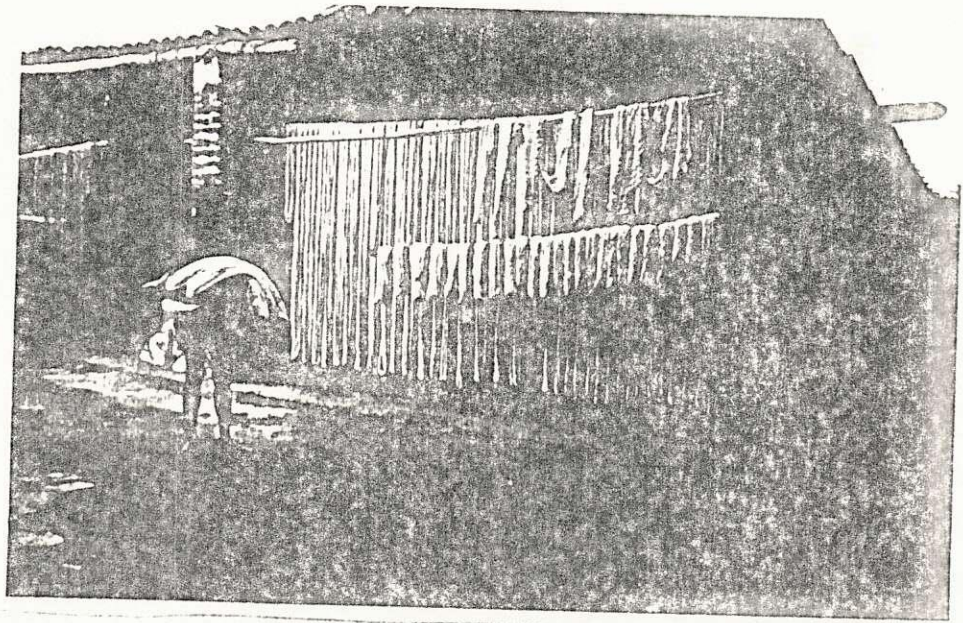


FOTO 1018 - Fios secando.



FOTO 1119 - Alve
jamento do fio.

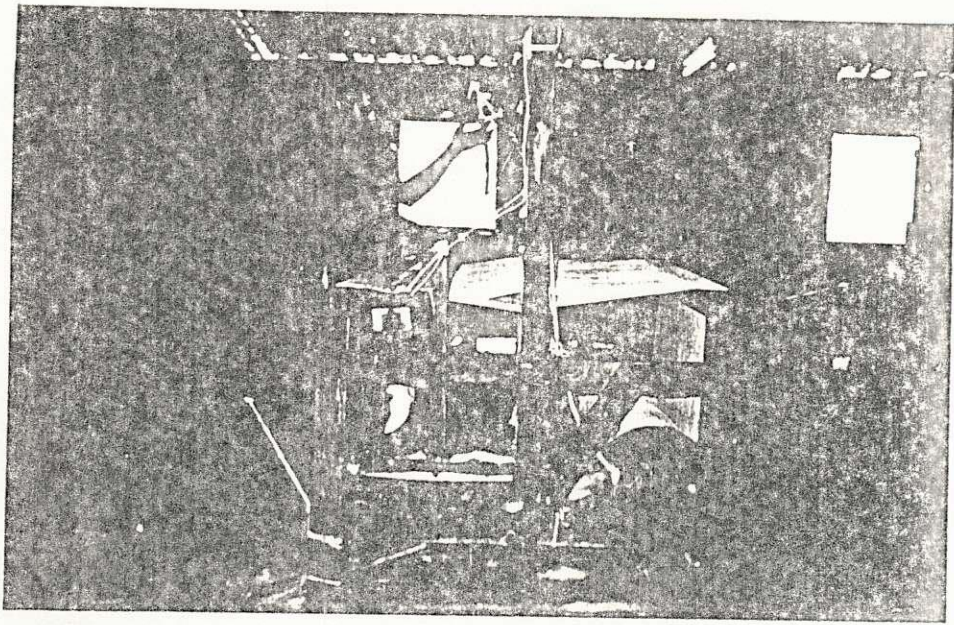


FOTO125 - O homem tecendo.

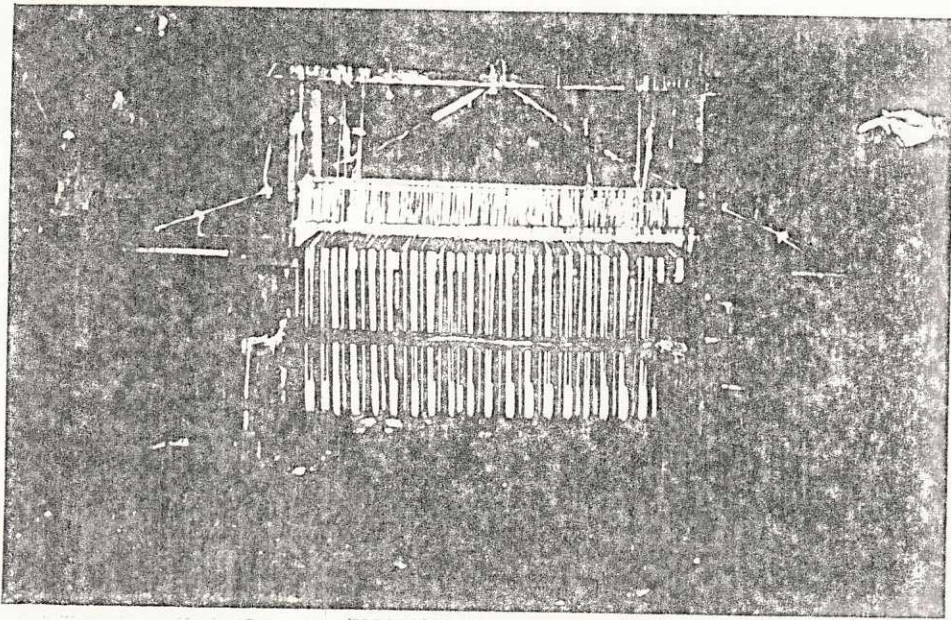


FOTO126 - O homem fazendo o colorido.

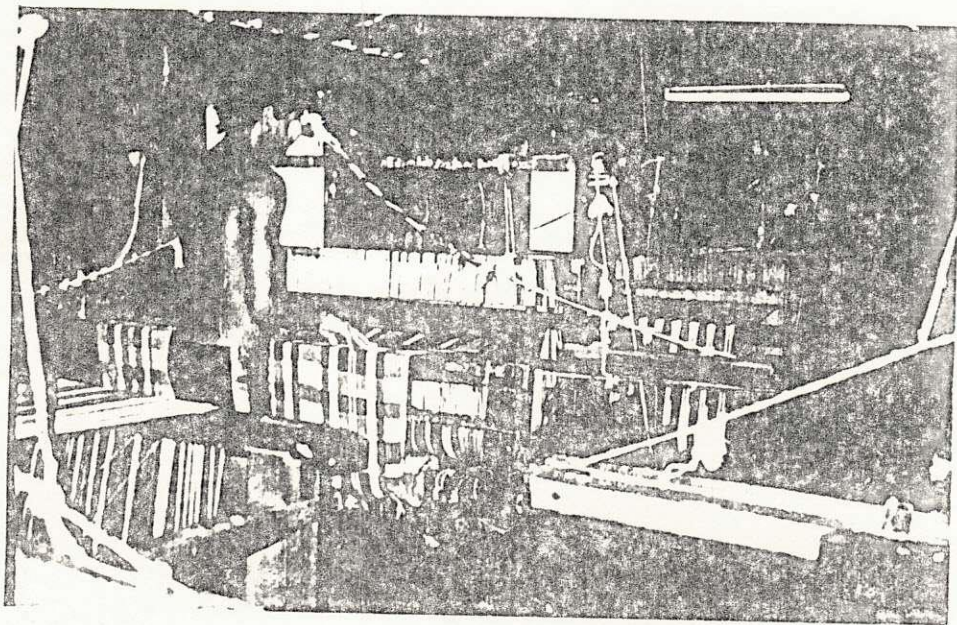


FOTO147 - Resultado dos fios coloridos.

FOTO 68 - A mulher
fazendo trança.

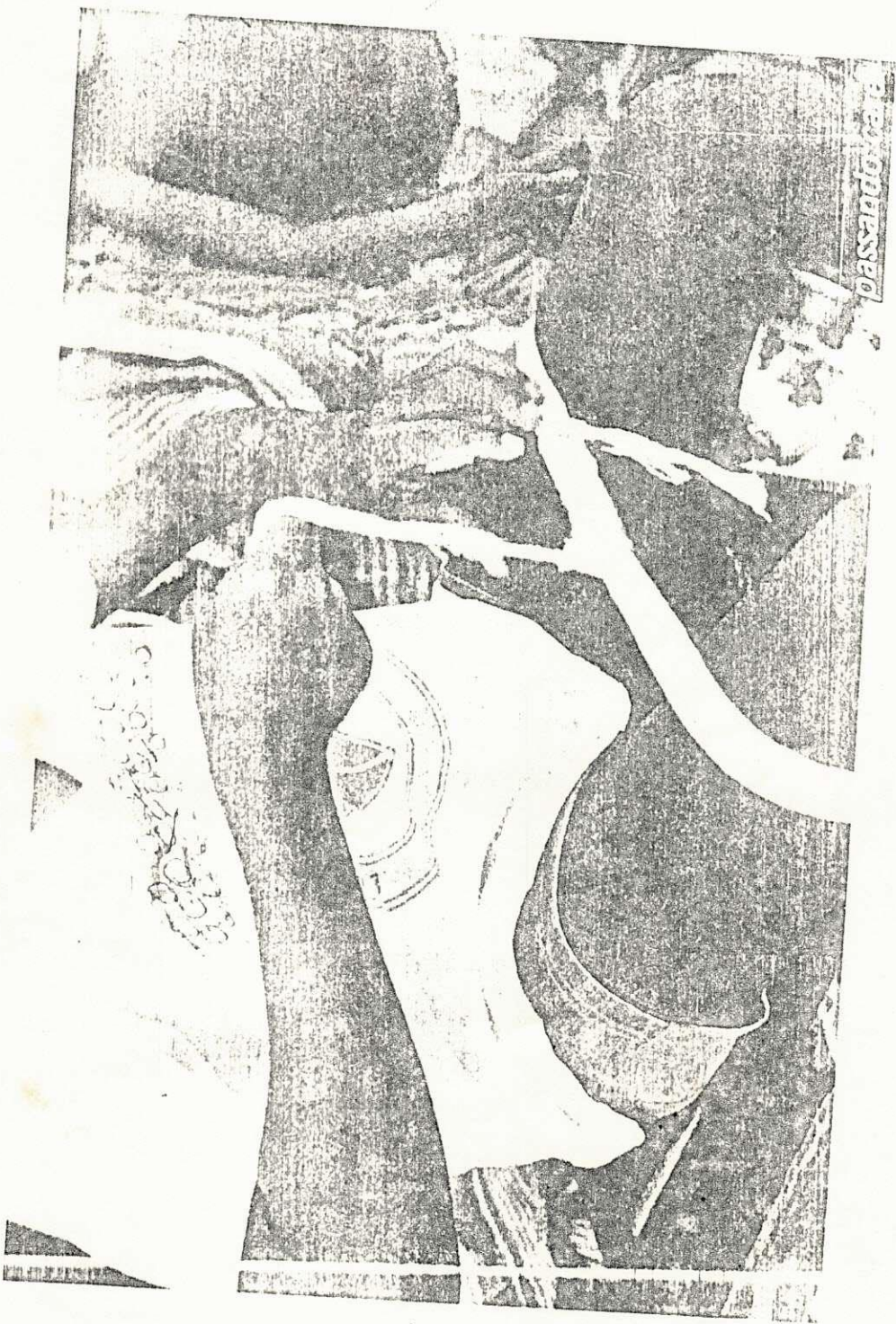


FOTO 69 - A mulher fazendo
a mamucaba.



FOTO 716 - O tecelão empunhando a rede.

FOTO/8N - O tecelão passando a carê.



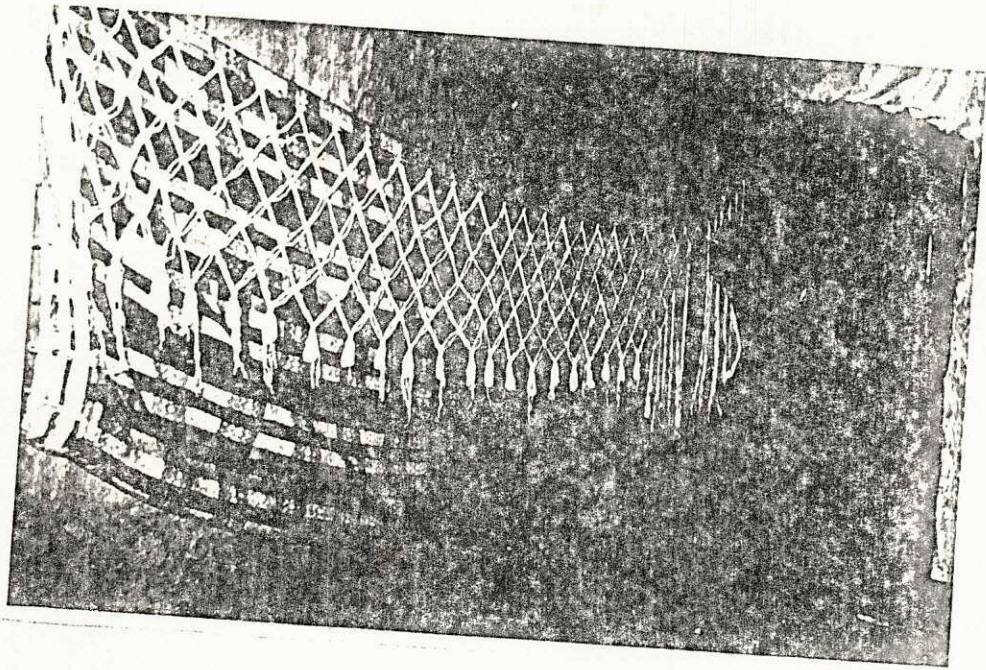


FOTO 12 - Mulher fazendo a varanda.

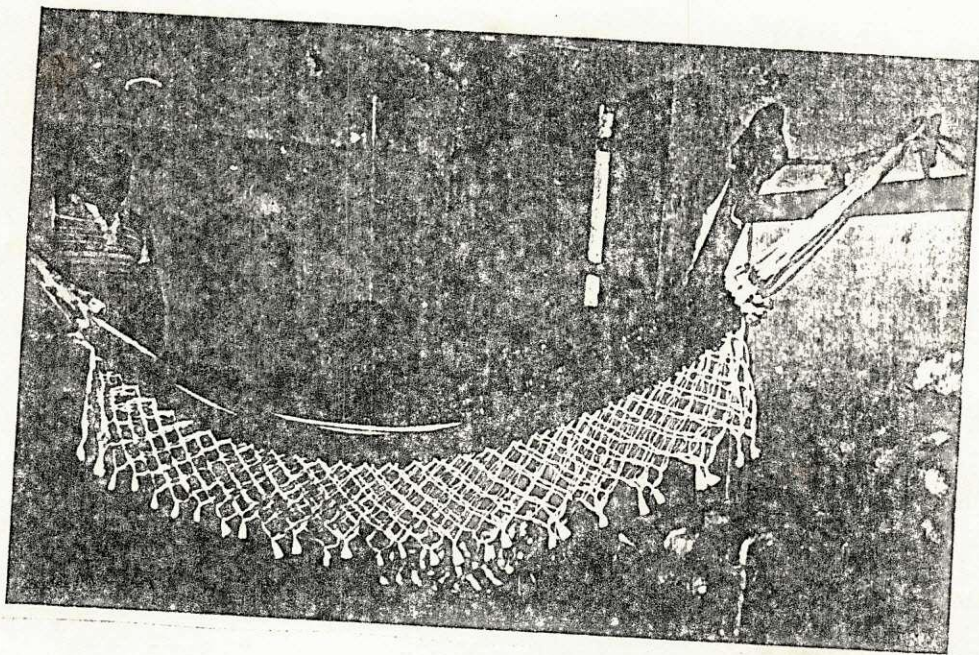
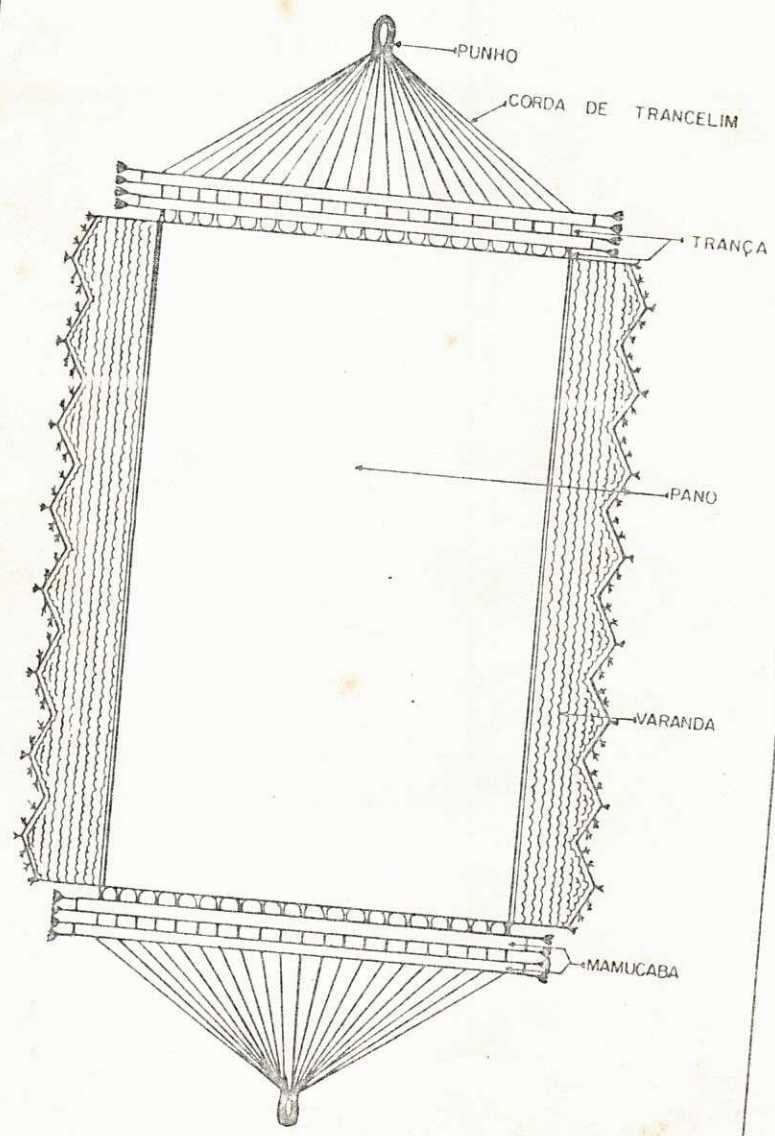


FOTO 13 - Nesta fotografia podemos observar que após todo trabalho dos tecelões, tingidores, alvejadores e feiteiros, é que surge a figura do proprietário, expondo a rede pronta, fruto do trabalho das pessoas a que ele tanto explora.

REDE DE DORMIR



Campina Grande (Pb), Junho de 1986.

maria José Barboza Araújo

MARIA JOSÉ BARBOZA ARAÚJO